

O DIABO	MAIS
TEMPO	TV-GUIA
O PAIS	SETE
O JORNAL	EXITO
TAL & QUAL	A BOLA
EXPRESSO	GAZETA DOS DESPORTOS
SEMANÁRIO	RECORD
	OFF-SIDE

A Capital

11. NOV. 1985



QUEM CORRE A BELÉM

Menezes Alves aparece agora, pela segunda vez, como candidato. Quisemos saber quais as linhas principais do seu programa:

Entendo que um Presidente da República, no ano de 1986, deverá ser civil, em primeiro lugar; em segundo lugar, deve assumir-se como um estadista ocidental que deve permitir que os governos governem, que pode ter a sua própria ideologia mas não deve interferir na actuação dos partidos, e não deve alimentar sonhos de caudilhismo nem fomentar a divisão entre partidos, com vista a criar o seu próprio partido ou a sua própria base de apoio. Nestes termos, o programa da minha candidatura é um programa essencialmente de bom senso, que pode definir-se como agradando à maioria esmagadora do eleitorado português. Mas não tenho a veleidade de apresentar soluções — acho que isso não compete a um Presidente da República —, muito menos soluções académicas, como fez o prof. Freitas do Amaral, porque penso que uma candidatura à Presidência da República não é uma candidatura de governo. Não faço a apologia de um sistema presidencialista, pelo contrário, aceito a ideia daquilo que se convencionou chamar de semipresidencialismo, em que os partidos são indispensáveis à vida política e o Parlamento deve ser o fiscalizador e o espelho da vida política de um país.

Ontem e hoje

Menezes Alves é, portanto, um candidato «reincidente» ou, como ele diz, «o candidato com mais experiência», uma vez que já concorreu às eleições presidenciais em 1980. Quisemos saber quais as diferenças que estabelecem entre a primeira e esta segunda candidaturas

Há uma maior maturidade, o País está completamente diferente. Em 1980, punham-se aos portugueses dois projectos: um projecto totalitário da Aliança Democrática e o do candidato da continuidade democrática, da viabilização da via democrática, que era o general Ramalho Eanes. Enquanto o general Soares Carneiro era um candidato por interposta pessoa — aparecia para, numa atitude de ventriloquismo, dizer aquilo que o dr. Francisco Sá Carneiro queria. E nunca se procurou ver qual era a verdadeira riqueza ou pobreza política do general Soares Carneiro. O general Ramalho Eanes era a manifestação de uma situação de menoridade democrática, em que se reconhecia que ainda se estava num período de transição, mas era o menos mau dos candidatos possíveis.

Em 1986 é impensável continuar à procura de um candidato militar, mesmo que se apresente sob uma roupagem civilista ou feminina. É impensável, neste momento, repetir a argumentação, por exemplo, que aparece na candidatura da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, que é uma mulher que me fascina em termos intelectuais e por quem tenho uma profunda ternura em termos humanos, mas não deixo de ver que o discurso político dela é completamente irresponsável. A vitória, por absurdo, da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo conduziria, a curtíssimo prazo, a uma «pinochada» à portuguesa. Qualquer general, como disse o meu querido amigo dr. Almeida Santos, de pélo no pecto, chame-se Firmínio Miguel, Lemos Ferreira ou qualquer outra coisa, sairia com dois esquadrões e a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo regressaria, ou não, ao lugar de embalatriz na UNESCO, ou seria deportada...

Por isso discordo de alguma esquerda militar e, neste caso, critico abertamente os meus queridos amigos da Associação 25 de Abril, quando eles se opõem à candidatura do coronel Costa Brás e mostram publicamente a sua simpatia pelo terceiro-mundismo pintasilguista. Eles estão, no fundo, numa atitude, essa sim, de saudosismo, a combater o mesmo erro que cometeu o dr. Francisco Sá Carneiro em termos políticos em 1980. O País tem de se virar para a frente. Entrámos na Europa, o discurso político tem de ser eminentemente europeu e não podemos, mesmo que tenhamos, e temos, uma profundíssima dívida de gratidão para com esses homens, permitir-lhes que voltemos aos tempos do PPREC.

MENESES ALVES CANDIDATO "REINCIDENTE"

«**P**ERDERAM-SE dez anos de menoridade democrática em que tivemos um Presidente da República cinzento. Agora acho que merecemos um estadista», esta é a opinião de Menezes Alves, novamente candidato à Presidência da República nas próximas eleições. Apresentando um programa «de bom senso», esta candidatura tem uma razão de ser: «Denegrir profundamente a ausência de projectos políticos dos candidatos, sem os beliscar na sua dignidade humana.» Mas

Menezes Alves não esconde a sua simpatia e favoritismo por Mário Soares, «a figura que mais me agradaria ver na Presidência da República, lugar que naturalmente lhe estará reservado».

José Manuel Pauliac de Menezes Alves nasceu em Lisboa, tem 40 anos de idade, é casado e advogado de profissão. Analisando o seu currículo, verificamos que fez os estudos primários na Escola Ave Maria, esteve cerca de dois anos no Colégio Militar e foi depois para a Suíça, onde frequentou o Instituto Le Rosey, em Rolle (neste instituto foi colega de Karim Aga Khan). Fez a equivalência no Liceu Francês e no Colégio de S. João de Brito. Aos 17 anos ofereceu-se para os voluntários de Angola e foi presidente da ANP 'juveni' durante dez dias. Formou-se em Direito na Universidade de Lisboa e, posteriormente, fez um curso de sociologia na Sorbona. Cumpriu o serviço militar em Cabo Verde, onde foi assessor do general Loureiro dos Santos. Em 1975 fundou a Associação de Amizade Portugal-EUA, de que foi presidente três anos, saindo então para preparar a sua primeira candidatura à Presidência da República. Actualmente é presidente da assembleia geral do Clube de Reflexão Política. É, ainda, autor de três livros de poesia e tem inéditas duas peças de teatro.



Menezes Alves volta a candidatar-se às eleições presidenciais, apresentando «um programa de bom senso»

Discursos políticos ultrapassados

Por outro lado, a candidatura do prof. Freitas do Amaral incorre no mesmo erro. O de tentar repetir, sem a genialidade de Francisco Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa, um discurso político que há seis anos já estava ultrapassado. É o discurso político de uma direita conservadora, em que me choca, não a posição de Freitas do Amaral (sempre fui amigo e gosto dele), mas que um grande partido como o PSD não tenha tido a ombridade de ter um candidato próprio. Um partido que tem, indiscutivelmente, bons políticos, como é o caso de Alberto João Jardim, de Mota Amaral, até de um próprio Francisco Pinto Balsemão ou de um Fernando Amaral, poderia tê-lo feito, não para salvar a face, mas para justificar que não ia dar a mão ao seu principal inimigo. Porque o prof. Freitas do Amaral foi sempre, dentro do personalismo e dentro da democracia cristã, o principal opositor à social-democracia em Portugal. Então um grande partido, depois de uma vitória retumbante (relativa) vai defraudar o seu eleitorado indo dar cobertura a um líder tráfuga de um partido em total declínio?...

Entretanto, há personalidades que têm sempre beneficiado com a asneira dos outros, como o general Ramalho Eanes, que capitalizou sempre e poderia eventualmente ser uma reserva da República — as críticas que lhe faço são as de uma pessoa que é amiga dele —, poderia ter sido aquilo que Spínola não foi capaz de ser. Era mais novo e tinha melhor preparação política. Não o quis ser. Eu acho lamentável que uma pessoa tenha de ser durante oito anos Presidente da República para poder vir a ser um sofrível secretário-geral. Penso que é um tirocinio muito caro...

Mas voltando ao prof. Freitas do Amaral, o seu discurso nem chega a ser saudosista, é um discurso político de revanchismo.

Nestas eleições, Menezes Alves considera que há três grandes candidatos, «de onde eu me excluo, como é evidente».

O projecto de Maria de Lurdes Pintasilgo é inviável em termos de geopolítica, de eleitorado, em termos da própria Europa em que estamos a viver, porque são soluções populistas e anarquizantes e que o próprio Partido Comunista, lucidamente, se excluiu de apoiar.

O projecto do prof. Freitas do Amaral é também impensável e joga em dois grandes erros: por um lado, em pretender, mercê da ausência do tal líder para as presidenciais por parte do PSD, criar artificialmente um espaço político que o eleitorado, quando se confrontar com a realidade do voto, irá recusar; por outro lado, erra ao pretender atirar o Partido Socialista para os braços do Partido Comunista e diminuir-lhe a sua importância. E procura fazer um erro ainda superior à bipolarização de Francisco Sá Carneiro, que é a decapitação de determinadas figuras que, essas sim, foram responsáveis pela situação que hoje se vive.

Por exemplo, o general Ramalho Eanes só foi Presidente da República por causa do dr. Mário Soares. Ou seja, se o dr. Mário Soares, em 1975, se não se tem oposto, como se opôs, com coragem, à histeria revolucionária e à tentativa de hegemonia do Partido Comunista, não tinha havido eleições em 1976 — logo, o general Ramalho Eanes não tinha, como militar modesto e de bom senso, e mediocre politicamente, como era em

1976, não tinha sido escolhido para Presidente da República. Se ele o foi, deve-o à coragem moral e física (e que é bom não esquecer) do dr. Mário Soares.

Por outro lado, quando o dr. Francisco Sá Carneiro arranhou a doença da úlcera e foi para Londres tratar-se, foi o dr. Mário Soares que combateu a hegemonia do Partido Comunista, e nem Cavaco Silva nem o prof. Freitas do Amaral combateram em termos de se oporem a essa iminente «vermelhização».

Soares é favorito

Portanto, se eu penso que é certo que devemos ter aspectos críticos em relação à actuação do dr. Mário Soares como Primeiro-Ministro, penso também que ele é a figura que, neste momento, a mim mais me agradaria ver na Presidência da República.

Por vários motivos: porque seria um brilhante culminar de uma carreira política longa, em que há duas ou três constantes que a mim me cativam — uma certa coherência em termos de ideais e é preciso não esquecer, também, que o «agglomeramento» da sociedade portuguesa, com a entrada na CEE, se deve sobretudo e primordialmente ao dr. Mário Soares e aos sucessivos governos que ele foi liderando.

Além disso, e embora isso possa ser polémico, penso que foram os governos liderados pelo dr. Mário Soares que, muitas vezes, foram chamados a «despenalizar» as asneiras eleitoralistas que, por exemplo, o dr. Cavaco Silva fez enquanto ministro das Finanças no tempo da Aliança Democrática.

Portanto, dá-me a impressão que nestas eleições de 6 de Outubro, e fugindo um bocadinho das presidenciais, se tentou penalizar os bombeiros e premiar os incendiários... E houve, na realidade, uma certa ideia de castigo e de crítica quando, no fundo, hoje, o País tem de se confrontar (e isso penso que Maria de Lurdes Pintasilgo e Freitas do Amaral não viram) com duas grandes realidades: somos Europa, temos de viver em termos de Europa e temos de, sem nos despersonalizarmos, prepararmos o País para um amanhã em que Portugal será um País de futuro.

Esse futuro não pode ser um constante confronto, como pretende o prof. Freitas do Amaral, nem a eventual constante ameaça de guerra civil, como seria o caso de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Pedimos, igualmente, a Menezes Alves para comentar as outras candidaturas a estas eleições. Ele que reconhece não ter peso eleitoral para entrar no grupo dos grandes é da opinião que a actual legislação deve ser revista, de forma a que, no futuro, haja «uma espécie de pré-afecção da viabilidade das candidaturas», «para não se dar cobertura a todo e qualquer maluquinho que se proponha candidatar-se a Presidente da República». E salienta que também não se reconhece minimamente «no grupo das candidaturas "folclóricas", isto sem qualquer elitismo académico ou profissional».

Claro que hoje já vejo uma candidatura presidencial de forma diferente como a via da primeira vez, pese embora, nessa altura, ter havido um compromisso e um «gentleman agreement» que assumi com o chefe da casa civil do Presidente da República — não era pura brincadeira o que se estava a fazer. E, portanto, muitas vezes tentei camuflar com humor situações em que havia uma certa linha e um certo dirigismo político e em que a mi-

nha ingenuidade era muito mais aparente que real...

Menezes Alves é da opinião que, graças à generosidade dos meios de comunicação social tem havido grande democraticidade de divulgação das diversas candidaturas, que à partida até são saudáveis, porque a política não pode ser hermética, todos têm o direito de se candidatar. Simplesmente, penso que estará nas pessoas um certo bom senso, deles próprios candidatos ou pseudo-candidatos, para não se exagerar nas palhaçadas que fazem. Talvez em 1978 eu tenha criado um precedente um bocadinho perigoso; hoje sou o primeiro a dar a mão à palmatória e penso que arrepiei caminho... É capaz de não ser muito elegante o que estou a dizer, mas é o que sinto em relação a determinadas candidaturas que aparecem aí que são bastante ridículas.

Três divisões

Qual é a principal rival de Menezes Alves? Se isto fosse em termos de futebol, eu diria que há três divisões: a primeira divisão, em que estão o prof. Freitas do Amaral, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo e, sobretudo, o dr. Mário Soares; a segunda divisão, em que eu jogo sozinho; e a terceira, «distrital». Mas eu sinto-me um bocadinho como aquele espontâneo que, à força de aparecer, e já com um determinado currículo político, é incluído no cartel em letra pequena mas para goádo da assistência...

Eu penso que o meu grande adversário político é a concepção errada que a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo e o prof. Freitas do Amaral fazem destas eleições presidenciais.

Estas eleições não devem ser um meio para coroneis frustrados tentarem influir na governação, mas devem ser, penso eu, a consciente escolha de um líder, um chefe do Estado, em que é bom que hoje se reassuma a dignificação do cargo e, de uma vez por todas, incentive os portugueses para um esforço de reconstrução do diálogo e na concertação, e não na ambiguidade.

Penso que desses três candidatos principais há um que, obviamente, corresponderá ao necessário apaziguamento da vida política portuguesa. E, se é inevitável, e se é salutar, que a nível de Governo, cada vez mais atrevida pela proliferação da importância dos eleitorados os Governos tenham de ser motivo de luta, no bom sentido, é bom que a Presidência da República o não seja... Que ela se não imiscua nos assuntos da governação e não assumam função paternalista nem suprapartidária, mas que se assumam, na realidade, como uma opção nacionalista válida (sem que eu seja, nunca fui, nacionalista no sentido negativo do termo, mas sê-lo-ei no sentido de que há que preservar uma nação, uma sociedade politicamente considerada).

Estou convencido que, neste aspecto, a minha razão de ser, talvez única da minha candidatura, é poder, sem beliscar a dignidade humana dos candidatos, denegrir profundamente a ausência de projectos políticos deles — porque, a curtíssimo prazo se traduziriam em situações de ruptura e, possivelmente, até de guerra civil. Entendo que, quer Maria de Lurdes Pintasilgo, quer Freitas do Amaral, seriam extremamente perigosos à vida política portuguesa, porque, em sentidos extremos, haveria situações conflituais altamente perigosas na vida política portuguesa.

O DIABO		MAIS	
TEMPO		TV-GUIA	
O PAIS		SETE	
O JORNAL		ÉXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANÁRIO		RECORD	
		OFF-SIDE	
A Capital		11 NOV 1985	

"AGORA

ACHO QUE

MERECEMOS UM ESTADISTA"



Mário Soares é a figura que a Meneses Alves mais agradaria ver na Presidência da República, «lugar que lhe estará naturalmente reservado»

ANTÓNIO CARVALHO
(TEXTO)
ALBERTO PEIXOTO
(FOTOS)

Perderam-se dez anos de menoridade democrática em que tivemos um presidente cinzento, extraordinariamente digno no papel que se lhe exigiu de transformar o País numa verdadeira democracia, e eu faço-lhe justiça que talvez tenha sido essa a intenção dele, mesmo com um percurso ligeiramente acidentado. Mas agora acho que merecemos um estadista. Merecemos, sobretudo, um homem que, ao longo de toda a vida política e pública caminhou para este lugar, que eu entendo que, naturalmente, lhe estará reservado. Será o culminar de uma carreira política e, possivelmente, será a primeira etapa pelo seu segundo mandato do dr. Mário Soares em 1990.

Um País para viver

Podemos, então, perguntar se o dr. Meneses Alves se candidata somente para ajudar à eleição do dr. Mário Soares...?

A partida não exclui essa possibilidade. E se o general Ramalho Eanes aceitou que, em 1980, eu me candidasse unicamente para o ajudar, e se as forças políticas em 1980 (em que eu era um perfeito desconhecido) me permitiram ajudar modestamente à reeleição do general Ramalho Eanes, não têm agora qualquer autoridade moral para me contestarem hoje, em que me sinto perfeitamente coerente com a manutenção da concepção política que então me levou a ajudar Ramalho Eanes — e que é a mesma que me leva hoje a ajudar o dr. Mário Soares: a continuação da vida democrática, permitir novamente eleições livres e democráticas e tentar que este País seja não só governável como vivível.

A mim não me preocupa que o País seja difícil de governar; eu quero é que nele se possa viver. Quando o prof. Freitas do Amaral diz que isto é ingovernável, penso que isso é um julgamento esquisito; não me preocupa se o sr. ministro vive bem ou mal, quero é saber se eu, os meus amigos, os meus filhos, os filhos dos meus amigos, enfim, em termos gerais, o povo, podem aqui viver. Penso que não poderão viver num constante sobressalto de guerra civil ou de bipolarização permanente, como pretende o prof. Freitas do Amaral. A concepção dele é como a do filme do Ettore Scola, «Felos, Porcos e Maus»: à esquerda são feios, porcos e maus, à direita são bonitos, castos e bons... Isto não é um filme do Scola, é uma sociedade em que os partidos políticos são correntes de determinadas opiniões — agora apareceu mais um, a que não vaticino grande futuro porque resultado de um subcultismo político e entrou com uma linguagem que, em princípio, seria profundamente cativante mas acabou por utilizar uma metodologia contrária aos que eles apregoaram.

Enfim, penso que o País terá de caminhar para uma solução europeia, civilizada. Quando digo europeia não quero dizer que nos devemos despersonalizar ou perder as nossas características, ou deixar que as multinacionais nos espezinhem, ou que vamos ser aqui uma sucursal da Walt Disney ou da IBM... Entendo é que há que perguntar aos portu-
ses se pretendem viver à moda do Afeganistão, do Irão, do Sri Lanka. Se os portugueses responderem que sim, então votamos na Maria de Lurdes Pintasilgo. Pode dizer-se que não é isso que ela pretende. Mas dá-me a impressão que o discurso político dela aponta para um terceiro mundismo, aponta para países que me merecem um profundo respeito ecológico mas que não representam a concepção de 90 por cento dos portugueses. Nós queremos ser uma Bélgica, uma Holanda, uma Suíça, uma Dinamarca, uma Noruega, uma Itália. Devemos é não tentar ter os defeitos que essas sociedades de consumo criaram. Há que tentar não importar só as asneiras...

Quanto ao prof. Freitas do Amaral, entendo que também não devemos criar brigadas para invadir os países de Leste. Não vamos entrar nos mcarthismos saloios... E quando vejo na comissão de apoio do prof. Freitas do Amaral as figuras mais gradas da repressão mental em Portugal e alguns dos principais responsáveis por todo o goebalismo da informação, assusto-me um bocado e legitimamente. Assusta-me ver um homem que considero puro, honesto, extremamente naïf, vê-lo rodeado de figuras que são intelectualmente válidas mas que têm projectos que não são nada social-democratas. E, sobretudo, assusto-me quando vejo as bases social-democratas, que são profundamente generosas e ricas, serem conduzidas por um condottieri que é anti-social-democrata, antidemocrata e que tem um discurso político atrasado de seis anos...

Assim, a Constituição será aglomerada, progressivamente. Quem tem medo da revisão? Antes uma revisão de que um golpe de Estado!

«Pensar Portugal»

Meneses Alves tem um livro para publicar. O livro intitula-se «Pensar Portugal» e é dedicado ao dr. Mário Soares, «ao estadista lúcido, ao homem tolerante e lutador, ao amigo».

Nesse livro Meneses Alves escreve: «Somos hoje um país cinzento. Triste. Com uma economia fraca sem competitividade. Com uma juventude sem horizontes, sem perspectivas. Dificuldade na habitação, no primeiro emprego, ensino degradado, vivemos num Portugal adiado. Há que construir um Portugal diferente, em que o futuro seja europeu, progresso, paz. Por isso me candidato. Porque acredito no sonho da juventude. Porque creio que vale a pena lutar por um Presidente da República civil, que se assuma como estadista ocidental, sem tibiças, nem complexos. Que nos incite a sermos um povo feliz.»

Merecemos vencer esta batalha. Com fé, com amor. A política é, sobretudo, um acto de amor. Um acto consciente de amor, num colectivo tão vasto quanto possível, numa dimensão ecuménica. Ultrapassada a fase de menoridade política, com militares, saibamos viver em democracia. Em pleno, na plenitude de sonhos, no suor de obras, na esperança de um futuro risonho. Os nossos filhos merecem o melhor. Saibamos ser dignos deles.

Em relação aos partidos, Meneses Alves afirma que, num verdadeiro Estado de Direito, os partidos respeitadores da liberdade e democracia, são imprescindíveis. O Presidente da República, ouvirá as suas posições e terá em conta os pontos de vista que estes exprimirem. O PR terá de viver com os partidos e deles, e do Governo auscultar os seus anseios e desejos. Providenciará a reuniões mensais periódicas, tendo um assessor permanente para reunir com os partidos. Sem partidos a vida democrática deixaria de existir e o totalitarismo seria um risco que Portugal não merece. Serão vetadas as existências de grupos que fomentem o ódio, o desrespeito pela

paz e ordem, ou pratiquem o terrorismo. Os partidos têm de ajudar à reconstrução de Portugal.

Falando da Constituição, Meneses Alves pensa que as Constituições fizeram-se para serem alteradas. O Estado submete-se ao primado do Direito. Uma Constituição é feita por uma assembleia, constituinte, livre, em nome do povo eleitor.

Discute-se hoje quais os limites materiais da revisão constitucional e há dois critérios: um, político e subjectivo; outro, técnico, objectivamente isento (pergunta se isso será possível?). O artigo 290.º da Constituição tem um conteúdo de núcleo de regime em 1976. A próxima Assembleia caberá optar pelos limites desta revisão.

O povo é quem ordena, e os textos não se podem petrificar. A Constituição de 1976 já não corresponde ao País real de hoje. O caminho para que aponta já não é o preferido pela maioria. A dupla revisão (ou seja numa primeira revisão o artigo 290.º é válido, mas não vinculará as restantes), creio ser a mais certa das possíveis soluções.

É será sempre uma maioria que queremos democrática a ter a última palavra. E uma maioria qualificada de 2/3.

Assim, a Constituição será aglomerada, progressivamente.

Quem tem medo da revisão? Antes uma revisão de que um golpe de Estado!

Estado de Direito

Quanto às leis, Portugal tem de ser um verdadeiro Estado de Direito.

E, pois, na realização da dimensão política que a sociedade humana se torna instituição, actuando de acordo com os fins que lhe são prescritos pela etologia, e numa determinada orgânica de poder, e é no poder politicamente legítimo ou seja, referendado pelo voto, que se encontra a unidade de uma nação.

As leis não são absolutas, uma constituição não é absoluta, absoluto, será o direito. Direito à educação, à vida, à liberdade e trabalho. A soberania de direito só se justifica ao dignificar o homem, se o ajudar numa sociedade mais justa.

As leis, todas elas, devem ser feitas para ajudar o homem, e não para o perseguir ou mutilar. As leis, os tribunais, as prisões, não podem existir, se não for para a recuperação, para o perdão, para a felicidade. Mas a criminalidade é um facto, há que, mais que a combater, combater as razões porque ela aparece.

Somos contra a repressão, mas devemos velar pelo sossego pela tranquilidade. A partir de 25 de Abril aumentou a criminalidade por razões várias: descolonização, desemprego, crise de autoridade estatal e até familiar, surto de droga, crise económica, etc.; por isso, há de dignificar a vida social, prestigiando os órgãos de soberania, dando-lhes as condições materiais a que têm jus, e as morais de que carecem. A magistratura tem de ser bem paga, pois é ridículo o vencimento destes, no exercício de uma das mais difíceis e delicadas profissões. As restantes autoridades têm de ser acarinhadas e preservadas, de ataques verbais e agressões.

O direito precisa dos seus servidores, e toda a pirâmide de pessoas deve perceber que contribui para a paz e progresso de Portugal. A lei deverá ter a flexibilidade suficiente para prescindir de tribunais especiais, e o homem será centro e fulcro desta acção.

Um País que se deseja jovem, tem de respeitar os sonhos e anseios dessa mesma juventude — diz Meneses Alves. — Não mais quilómetros a pé, pelas

serras, de inverno, para ir ler e contar. Liceus e escolas, bons acessos, professores, dotar os conceitos de autonomia financeira e subsídios para fazerem face às despesas do ensino.

Incentivar o ensino particular, laico ou não, alargar o ensino universitário, deixando às várias cidades a opção de escolha de cursos a serem dotados. Incentivar a formação de jovens quadros, e auxiliá-los na obtenção do seu primeiro emprego. O desemprego não poderá desmotivar o ensino, nem justificar a sua má qualidade.

A juventude trabalhadora, dar-lhes um duplo apoio, material e educacional. Ensino gratuito, bolsas de estudo, isenção nas épocas de exames, cursos de aperfeiçoamento, criação de campos de juventude, com nacionais e estrangeiros, intercâmbios, festas de convívio e bons programas para os tempos livres.

Descontos radicais nos transportes e espectáculos culturais.

Portugal tem de poder contar com a juventude, mas esta merece o carinho, e amor que até agora não tem tido. Nunca é demais falar nos direitos da criança, consignados na Declaração de 20 de Novembro de 1959. Não à discriminação, quer de raça, cor, sexo, língua ou religião. A criança terá protecção especial, tendo direito a um nome e nacionalidade. Deve beneficiar de segurança social extensiva à sua mãe, tem o direito inalienável à alimentação, habitação, prazer e cuidados médicos.

Precisa de amor e carinho, de uma família. No que respeita à economia, Meneses Alves, pretende combater a inflação, aumentar o poder de compra de todos os portugueses, diminuir a taxa inflacionária, e custo de vida.

O desemprego só poderá ser vencido com a ousadia de novos projectos, apoiando-se a iniciativa privada neste relançamento. Ao sector público caberá o importante papel de não esbanjamento do pecúlio de todos, dando a eficácia dos seus serviços, de forma a não aumentarem os impostos e a carga fiscal, já tão pesada.

Deverá ser criado um modelo de imposto único, aliviando o trabalho e as famílias numerosas.

A nossa agricultura terá de se tornar competitiva face à CEE. O Banco Europeu de Investimentos será forma de recurso para fazer face aos projectos.

A habitação terá de ser fomentada como indústria e preocupação de bem estar, beneficiando-se a sua aquisição e incentivando os construtores através de medidas mais benéficas. O nosso Produto Nacional Bruto terá de se aproximar em crescimento de cerca de 4 a 5 por cento, concretizando-se assim a expansão da nossa economia.

Bancos privados? Porque não, não os há cá estrangeiros?

Simplesmente a sua actuação teria de ser disciplinada e o bem comum uma constante.

Por outro lado, seria de criar naturalmente uma espécie de serviço de consumo, para aferir da qualidade de que se produz com vista à exportação e mercado interno.

Criar, igualmente, nas várias cidades do interior, um serviço nacional de habitação, ligado à CGD. No fundo uma economia nova, eficaz e dinâmica.

Ligado à temática da economia, estabelecer as bases de um verdadeiro plano energético, quer no aspecto de poupança, quer no de investigação. Creio que são estes apenas alguns dos objectivos, dos meios, para se progredir. Trabalho e eficácia de soluções. Os índices europeus estão ao nosso alcance...